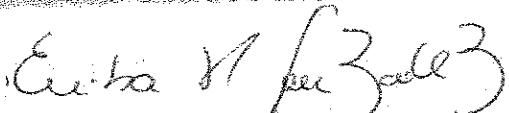


DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO

ATERRO SANITÁRIO DE BRAGANÇA PAULISTA

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA / SP

Portaria IPHAN/MinC nº. 73, de 15/03/2004


PROFA. DRA. ERIKA M. ROBRAHN-GONZÁLEZ
MS. PAULO F. BAVA DE CAMARGO

MAIO / 2004

DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO
ATERRO SANITÁRIO DE BRAGANÇA PAULISTA / SP

EXECUÇÃO:

DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia Ltda

Unidade 1: Rua Querubina Viana 150, Granja Viana, Cotia/ SP. Cep 06708-360

Unidade 2: Av. Eid Mansur 189, Granja Viana, Cotia/ SP. Cep 06708-070

Fones/fax: (11) 4612-9840 / 4702-2088 / 4702-3011

Email: arqueor@terra.com.br

Responsabilidade técnico/científica: Profa. Dra. Erika M. Robrahn-González

EMPREENDEDOR:

EMBRALIXO Ltda.

Av. dos Imigrantes 6.376

Bragança Paulista / São Paulo Cep 12.926-210

Fone: (11) 4031-5000

Responsável: Sr. Manuel José Rodrigues

APOIO INSTITUCIONAL:

Fundação Cultural de Jacarey / SP



EQUIPE TÉCNICA

PROFA. DRA. ERIKA M. ROBRAHN-GONZÁLEZ

(Arqueóloga e Historiadora)

Registro IBAMA Consultor Técnico Ambiental nº. 253918

MS. PAULO FERNANDO BAVA DE CAMARGO

(Arqueólogo e Sociólogo)

Registro IBAMA Consultor Técnico Ambiental nº. 342734

JOB LOBO

(Graduando em Geografia com especialização em Arqueologia)

Registro IBAMA Consultor Técnico Ambiental nº. 253960

JOSÉ LUIS DE MAGALHÃES CASTRO NETO

Programação visual





ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	5
2	O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO REGIONAL	8
2.1	O contexto pré-colonial	8
2.2	O contexto histórico	16
3.	A ÁREA DE PESQUISA	25
3.1	Caracterização física regional	25
3.2	A área do empreendimento	27
4	PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO	30
4.1	Reconhecimento do terreno e prospecções de superfície	30
4.2	Zoneamento Arqueológico	32
4.3	Detalhamento de pesquisa	34
5.	DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO	37
6	BIBLIOGRAFIA	39
	ANEXO 1 PORTARIA NORMATIVA IPHAN n. 230	47
	ANEXO 2 PORTARIA DE PESQUISA IPHAN N 73	49





1. INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta o relatório final do Programa de Diagnóstico Arqueológico que deverá integrar os documentos para licenciamento ambiental da Ampliação de Aterro Sanitário do município de Bragança Paulista, estado de São Paulo (*Figura 1*).

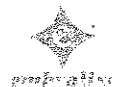
O empreendimento se localiza no vale do rio Jaguari, afluente do Piracicaba que, por sua vez, integra a bacia do Tietê. A área do empreendimento é de 2 alqueires (48.000m²), estando geograficamente referenciado por um quadrilátero com as seguintes coordenadas UTM:

- Vértice 1: 23K 338000 / 7462500
- Vértice 2: 23K 339500 / 7462500
- Vértice 3: 23K 338000 / 7461000
- Vértice 4: 23K 339500 / 7461000

Uma vez que a área ainda não havia sido pesquisada, o presente Programa foi desenvolvido a partir de três eixos básicos de investigação, de acordo com o que estabelece a Portaria IPHAN n. 230 (*Anexo 1*):

- 1) Um levantamento sistemático da bibliografia disponível, com o objetivo de obter um quadro regional de ocupação humana que servisse de referência e contextualização para os vestígios arqueológicos possivelmente identificados na área do empreendimento.
- 2) A realização de levantamentos de campo, objetivando obter um reconhecimento do ambiente físico e dos vestígios arqueológicos ali presentes.





3) O estudo das informações obtidas a partir dos dois itens anteriores, bem como as análises e avaliações que integram este relatório (Diagnóstico, Avaliação de Impactos e Indicação de Medidas Mitigadoras)

O presente Programa foi previamente avaliado e aprovado pelo IPHAN/MinC em seus aspectos técnicos, metodológicos e científicos, tendo recebido autorização de pesquisa através da Portaria n. 73, publicada no Diário Oficial da União em 15 de Março de 2004 (*Anexo 2*). Desta forma, o trabalho visa atender a legislação brasileira no que se refere ao campo do Patrimônio Arqueológico e Histórico, a saber:

- A Lei n. 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- A Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216.

O trabalho considera, também, as diretrizes normativas e operacionais fornecidas pelos seguintes instrumentos:

- Portaria SPHAN/MinC 07, de 01.12.1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional.
- Portaria IPHAN/MinC n. 230, de 17.12.2003, que define o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidos nas diferentes fases de licenciamento ambiental.
- Resolução SMA/SP – 34, de 27/08/03, que dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental.





2. O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO REGIONAL

Para a análise dos contextos de ocupação humana da região onde será implantado o empreendimento, elaboramos quadros que sintetizam o conhecimento arqueológico produzido até hoje, os quais destacam as principais características das sociedades que, em diversos momentos da história, interagiram no espaço e nas paisagens afetados pela obra.

Conforme apresentado abaixo, os dados disponíveis ainda são escassos e restritos a pesquisas pontuais desenvolvidas em determinadas porções do território paulista. Permitem, todavia, elaborar um contexto regional de ocupações humanas onde a área do empreendimento se insere.

2.1 O contexto pré-colonial

Sítios arqueológicos detectados no município sede do empreendimento e nas regiões próximas a ele			
Município	Nome do sítio	Tipo	Fonte
Bragança Paulista	Canoa monóxila indígena	pré-histórico	Rambelli & Tomazzelo & Camargo, 2000

A pré-história da microregião de Bragança Paulista ainda é pouco conhecida devido aos poucos sítios arqueológicos localizados e estudados até o momento. No entanto, há um achado bastante interessante, uma canoa monóxila utilizada para navegação. Embora ela tenha sido datada de mais ou menos 300 anos atrás, foram encontrados junto dela artefatos de madeira com datações mais recuadas, fornecendo subsídios para a construção da história da população indígena.





Outro achado interessante foi feito em Extrema, já no Estado de Minas Gerais, por M. C. M. Scatamacchia e G. Rambelli: um sítio com gravuras rupestres, mas que até o momento não foi estudado

Todavia, é certo estes vestígios isolados não correspondam ao total de patrimônio que a região possui. O desenvolvimento de pesquisas certamente levará à identificação de muitos sítios mais, em consonância com o complexo quadro de ocupações humanas que se desenvolveram no estado de São Paulo, cuja síntese é abaixo apresentada.

De fato, as pesquisas até o momento realizadas no Estado permitem definir 3 amplos horizontes pré-coloniais de ocupação humana que aqui se desenvolveram, a saber:

Estes sítios remetem a 2 amplos horizontes pré-coloniais de ocupação humana, a saber:

- grupos caçadores e coletores, representados basicamente pela presença de sítios com material lítico lascado. Variações nesta indústria lítica levaram os pesquisadores a classificá-los em duas grandes tradições arqueológicas¹, denominadas "tradição Umbu" e "tradição Humaitá";
- grupos cultivadores ceramistas relacionados, pela Arqueologia Brasileira, à denominada "tradição Tupiguarani"
- grupos cultivadores ceramistas relacionados, pela Arqueologia Brasileira, à denominada "tradição Itararé"

As principais características de cada um deles são apresentadas a seguir.

¹ Tradição arqueológica constitui um recurso classificatório utilizado dentro da disciplina arqueológica, que visa agrupar sítios que apresentem vestígios e características semelhantes, localizados em uma mesma macro-região.





2.1.1 Grupos caçadores-pescadores-coletores

As duas grandes tradições arqueológicas de caçadores-coletores existentes no Estado de São Paulo são a Umbu e Humaitá, que têm seus pólos centrais de desenvolvimento no sul do país, abrangendo também Argentina e Uruguai. No território paulista elas são encontradas desde 6000 a.C. até 450 d.C. (Morais, 2000: 203-204)².

Os grupos portadores da indústria lítica Umbu são considerados herdeiros dos primeiros habitantes do Brasil que, há pelo menos 25.000 anos, deixaram seus vestígios em alguns poucos sítios arqueológicos. Resultam em uma densa ocupação já por volta de 4.000 anos atrás, quando o clima se estabiliza e se aproxima do atual, ocupando desde o Uruguai até a região centro-sul de São Paulo.

Os sítios ocorrem tanto a céu aberto como em abrigos rochosos. No primeiro caso, costumam estar localizados em terraços ou porções planas de fundo de vale, próximos a rios e córregos. Os vestígios se distribuem por áreas entre 20 a 100 metros de diâmetro. Todavia, sua quantidade varia bastante, havendo casos de sítios ralos, com algumas dezenas de peças, a sítios extremamente densos, onde milhares de fragmentos formam uma densa camada no solo. Muitas vezes ocorrem estruturas de combustão (fogueiras) e, no interior delas, podem existir refugos variados, incluindo restos carbonizados de alimentação. Já os sítios em abrigo se localizam em porções de relevo mais íngreme, e muitas vezes distantes dos sítios a céu aberto. Alguns sítios em abrigo apresentam vestígios de ocupação permanente, enquanto outros sugerem um uso esporádico, como acampamentos de caça. Em áreas de afloramento de rochas muitas vezes também ocorrem sítios, denominados "oficinas líticas" e que correspondem às fontes de matéria prima para o lascamento.

² Para a região de Rio Claro foram publicadas datas ainda mais antigas, alcançando 14.000 anos B.P.² no sítio Alice Boer (Beltrão 1974; Beltrão et al. 1983). Estas datas são, todavia, bastante polêmicas e discutidas pela comunidade científica, uma vez que o sítio apresenta estratificação perturbada.



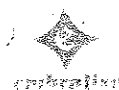


Seus sítios apresentam artefatos líticos produzidos com lascas cuidadosamente retocadas (Prous, 1992: 149), originando objetos de pequenas dimensões dos quais se destacam pontas de projéteis bifaciais de diferentes formatos e dimensões, além de raspadores, facas e lâminas (Robrahn-González et alii 2002: 163). Outros componentes da cultura material (materiais ósseos e em madeira) foram encontrados em abrigos, no Rio Grande do Sul, inclusive com a presença de sepultamentos (Prous, 1992: 150-151).

Já quanto aos grupos portadores da indústria Humaitá, sua origem não é precisa, embora também devam manter relações com os primeiros ocupantes do sul do país, ainda em período Pleistocênico. As datações mais recuadas estão em torno de 8.000 anos atrás sendo, portanto, 4.000 anos mais recente que a tradição Umbu. As datas mais antigas se encontram no chamado "complexo Altoaranaense", em Itapiranga (SC), bem como também na margem direita do rio Uruguai, na província argentina de Misiones. A partir destas áreas a tradição teria se expandido, acompanhando o gradativo aumento dos ambientes florestais em decorrência da modificação gradual de um clima mais frio e seco para um clima mais quente e úmido. Assim, seus sítios passam a ocorrer também a leste, ao longo do rio Uruguai (em direção à vertente meridional do Planalto) e para norte, no vale do Ivai e do Paranapanema.

Os sítios são geralmente a céu aberto e se localizam em porções mais altas da paisagem, sobre encostas ou topos de morros, mas sempre junto a cursos de água. Correspondem a uma única área de concentração de material, podendo alcançar 3.000 m². Distribuem-se, em geral, na porção ocidental do planalto, mais baixa e quente, em associação com áreas onde predominam as formações florestais fechadas. Apresentariam, portanto, uma distribuição regional distinta da observada para os sítios da tradição Umbu, que se localizam preferencialmente em ambientes de campo. Todavia, em determinadas áreas (como na encosta meridional), sítios relacionados a ambas as tradições parecem se misturar.





Os artefatos relacionados à tradição Humaitá são produzidos sobre blocos ou seixos (Prous, 1992: 156), ou ainda sobre lascas espessas (Robrahn-González et alii 2002: 166-167) resultando em ferramentas com formas mais encorpadas, obtidas através da percussão direta. Um artefato típico dessa tradição é uma categoria de raspador oblongo sobre lasca com retoques periféricos, apresentando uma extremidade geralmente pontuda e outra arredondada (mais conhecida entre os arqueólogos como "lesma").

As pesquisas até hoje realizadas dão como limites máximos da expansão geográfica setentrional dos grupos de caçadores-coletores Umbu o norte do rio Tietê. Já os sítios relacionados à tradição Humaitá parecem adquirir uma distribuição generalizada pelo Estado. Sendo assim, o empreendimento está situado em área de influência de ambas as tradições.

2.1.2 Grupos cultivadores ceramistas da tradição Tupiguarani

Em seguida à ocupação de caçadores-coletores temos o advento de grupos ascendentes das populações indígenas estabelecidas no Estado à época da chegada do europeu e do africano, das quais hoje ainda resistem uns poucos núcleos pontilhados pelo território paulista. Há que se dizer que essa nova ocupação não elimina a anterior por completo. Os processos de interação entre uma e outra são pouco conhecidos, mas sabe-se que caçadores-coletores conviveram com grupos que dominavam a agricultura e as técnicas ceramistas. É possível que alguns dos grupos caçadores e coletores tenham domesticado espécies da flora e aprendido técnicas cerâmicas, sugerindo uma continuidade cultural, mais do que uma substituição.

A ocupação indígena portadora de uma indústria cerâmica relacionada à tradição Tupiguarani teria-se originado na Amazônia Central, possivelmente no baixo vale do rio Madeira, há 3.500 anos. Migrações realizadas ao longo de



vários séculos resultaram em sua expansão por grande parte do atual território brasileiro compreendendo, no caso paulista, por volta de 1.700 anos de sua história: o sítio mais antigo foi datado de 200 a.C.; o mais recente, de 1.480 d.C. Por fim, essas populações entraram em contato com os conquistadores europeus, permanecendo no Estado até o século XVII (Robrahn-González et alii 2001: 168).

Os sítios da tradição Tupiguarani apresentam duas variações básicas: ou são formados por várias concentrações de vestígios, ou são formados por uma única grande concentração. Em ambos os casos as concentrações correspondem a áreas de solo antrópico escuro (manchas escuras), contendo materiais arqueológicos concentrados na forma de peças cerâmicas, lítico lascado, lítico polido e vestígios de fogueiras. Estas concentrações são associadas a áreas de habitação (casas).

As grandes aldeias podiam ser formadas por mais de 10 casas, dispostas em círculo ou adquirindo forma alongada. Localizavam-se sempre em topos ou meia encosta de vertentes suaves, com cursos de água nas proximidades. Suas áreas variavam de 2.000 a 10.000 m², embora tenham sido registradas aldeias com mais de 20 000 m². A população média estimada para as aldeias é de 500 pessoas, podendo alcançar mais de 3.000. Sepultamentos são frequentes nestes sítios, que trazem urnas funerárias nas imediações das casas ou foram do espaço da aldeia.

Os principais vestígios encontrados nos sítios são fragmentos de cerâmica. As formas das vasilhas variam entre tigelas abertas rasas, jarros, vasilhas semi-globulares, globulares esféricas e igaçabas. Algumas peças apresentam ombros, definindo um contorno complexo. O antiplástico³ característico da tradição é o caco moído. Quanto à decoração apresentam diferentes motivos pintados (em vermelho, preto ou branco formando linhas, curvas, ondas, círculos, zigue-zagues que, em múltiplas combinações, fornecem uma grande

³ O antiplástico constitui um elemento acrescentado à argila (elemento mineral ou vegetal) com função de garantir a estabilidade/sustentação do artefato depois de seco.



variedade de tramas) ou motivos plásticos (corrugado, ungulado, serrilhado, acanalado, inciso, ponteadado, impressão de cestaria, escovado, entre outros). Ainda em argila são encontrados cachimbos, fusos e afiadores em canaletas (ou calibradores).

A indústria lítica lascada varia, podendo ser praticamente inexistente em alguns sítios, ou ocorrer em grande quantidade e diversidade de instrumentos. Caracteriza-se por uma indústria sobre lasca, com muitas peças apresentando apenas sinais de uso, e poucas efetivamente retocadas. São comuns peças de maior porte como seixos ou blocos com algumas retiradas nas extremidades, para dar forma e afiar o gume. Quanto ao material lítico polido, são frequentes as lâminas de machado, mãos de pilão, socadores e tembetás (adornos labiais em forma de "T"). No sul do país ocorrem ainda a *itaíça* (machado circular) e bolas de boleadeiras.

Agricultores tradicionais, estes grupos teriam utilizado o método de coivara, queimando os terrenos para, em seguida, cortar a madeira e destocar as árvores maiores com auxílio de machados de pedra. Cultivavam a mandioca doce (aipim) e a mandioca amarga (ou "brava"), bem como o milho, a batata doce, o algodão, o feijão, o amendoim, o abacaxi e o tabaco. Teriam desenvolvido uma agricultura diversificada, com plantas contendo elementos nutritivos complementares. Alguns produtos, como o milho e a mandioca, podiam ser conservados inteiros ou na forma de farinha, permitindo o consumo por vários meses. Ossos de fauna diversificada e de peixes são ainda encontrados em alguns sítios, em proporções diversas.



2.1.3 Grupos cultivadores ceramistas da tradição Itararé

Essa é uma ocupação bastante diversa da descrita acima, bem como mais recente, com os primeiros grupos estabelecendo-se no sul do Estado por volta de 1000 d.C. e permanecendo até seu extermínio, expulsão ou incorporação no século XVII, já em pleno contato com o colonizador europeu.

Os sítios dessa tradição possuem grande diversidade morfológica e podem ser encontrados tanto em locais com relevo suave (Paranapanema e médio Ribeira) quanto em áreas de íngremes morrarias (alto Ribeira). Podemos até mesmo encontrar sítios em abrigos rochosos e os compostos por casas subterrâneas (mais comuns na região Sul), que são cavas abertas no solo variando entre 2m e 22m de diâmetro e cobertos com palha seca. Sustentando a cobertura havia uma estrutura de madeira, composta por um pilar central vertical e alguns caibros que partiam da extremidade do pilar para as bordas do buraco, garantindo uma altura útil média de 2m.

De resto, sítios a céu aberto são encontrados às centenas por toda a região do planalto do Paraná e sul de São Paulo. Variações no tamanho, na localização e nos vestígios materiais que apresentam sugerem uma organização destas aldeias em comunidades maiores, podendo alcançar extensos territórios.

A indústria cerâmica é caracterizada por vasilhames pequenos (até 40cm de altura), de contorno direto ou infletido, paredes finas, antiplástico mineral e superfícies bem alisadas de coloração escura. Apresenta raros elementos decorativos, se comparada à diversidade existente na produção Tupiguarani. Soma-se à produção cerâmica uma indústria lítica mais expressiva do que nas culturas associadas ao padrão Tupiguarani do Planalto (Róbrahri-González et alii 2002: 173). Nos sítios associados à tradição Itararé são encontradas lascas e blocos com sinais de uso e alguns tipos de artefatos: furadores, plainas, raspadores e grandes facas. Dentre a gama de instrumentos polidos são encontradas lâminas de machado, socadores e cunhas.



Estes grupos teriam sido sedentários, com densidade populacional bastante elevada, por vezes até mesmo superior à observada nos dias atuais. Ao menos em determinadas áreas teriam sido cultivadores, plantando o milho, a cabaça e outros vegetais. De resto, caçavam, pescavam e coletavam produtos diversos, em especial o pinhão, no planalto meridional.

2.2 O contexto histórico

Sítios arqueológicos detectados no município sede do empreendimento e regiões próximas			
Município	Nome do sítio	Tipo	Fonte
Atibaia	Atibaia 1	Histórico	IPHAN
Atibaia	Atibaia 2	Histórico	IPHAN
Atibaia	Atibaia 3	Histórico	IPHAN
Atibaia	Atibaia 4	Histórico	IPHAN
Bragança Paulista	Bragança Paulista 1	Histórico	IPHAN

Embora haja mais registros arqueológicos históricos do que pré-históricos para a microrregião, eles ainda são muito poucos para representar o passado de uma região que foi a porta do caminho para Minas Gerais, desde o século XVII pelo menos.

Vale ressaltar que todos os sítios acima listados estão ligados ao programa de estudos arqueológicos motivados pela duplicação da rodovia Fernão Dias e que, portanto, são distribuídos apenas no eixo dessa estrada, não atingindo outras partes do município. No caso de Bragança Paulista, distante 4km do eixo da referida rodovia, toda a área de ocupação histórica ficou fora do programa arqueológico, o que vale dizer que são grandes as probabilidades de serem encontrados vestígios arqueológicos históricos em qualquer terreno no município.



2.2.1 Conquista, povoação e estabelecimento históricos

O Estado de São Paulo é uma região de fronteiras de ocupação, desde os tempos pré-históricos até hoje. Isso significa que essa característica tem que ser levada em conta para a construção de uma história da ocupação e colonização euro-africana do Estado com base na arqueologia.

Em termos espaciais, temos três macro-regiões de ocupação: o litoral (definido pelas planícies Litorâneas e pela depressão do Médio Ribeira), a retroterra ou *hinterland* (caracterizada pelo planalto de São Paulo, pela depressão do Médio Paraíba, pelo planalto Atlântico, e pela depressão Periférica Paulista, onde estão implantadas a atual região metropolitana de São Paulo e as cidades antigas circunvizinhas, tais como Itu, Jundiaí, Jacareí, etc.) e o sertão (que corresponde ao planalto Ocidental Paulista). Embora as ocupações do litoral e da retroterra tenham se dado concomitantemente, para efeito de análise trataremos de cada uma em separado. Já o sertão passa a ser efetivamente povoado, e com sucesso, a partir do século XIX.

O município sede do empreendimento está inserido na macro-região retroterra ou *hinterland*. Vejamos agora quais são as características histórico-arqueológicas dessa porção do território paulista.

2.2.1.1 Retroterra ou *hinterland*

São Paulo, ou a área referente à região metropolitana que tem o município homônimo como centro, apresenta-se, desde os tempos coloniais, como uma região difusora e agregadora de mercadorias, gentes e culturas. Trabalhos arqueológicos no município de São Paulo começaram a ser realizados com maior frequência a partir do final da década de 1970, com as ações do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da prefeitura de São Paulo e as unidades que mais tarde comporiam o MAE-USP.

Entretanto, as adjacências imediatas de São Paulo, a saber, os distritos longínquos do centro (Jaraguá, Perus, etc.) e cidades fronteiriças (Osasco, Carapicuíba, Barueri, entre outras), só mais recentemente passaram a figurar no panorama arqueológico do Estado (Robrahn-González & Zanettini 2002), graças às novas leis que regulamentam a parte patrimonial e cultural dos EIA/RIMAs (resolução CONAMA 001/ 1986; portaria IPHAN 230/ 2002).

Grosso modo, os municípios-chave de outras áreas de grande significância para a compreensão da ocupação humana do Estado, tais como as cabeças-de-ponte para os vales dos principais rios paulistas implantados nesses compartimentos geográficos, formadores da retroterra (Tietê, Pardo, Paranapanema, Paraíba do Sul), encontram-se em situação intermediária, alguns sediando programas de pesquisas arqueológicas bastantes consistentes (Jacareí, Mogi das Cruzes, Piraju, etc.) (Robrahn-González & Zanettini, 1999; Andreatta *et al.* 1999; Moraes, 1990) e outros com intervenções ainda pontuais (Itu, Sorocaba, Jundiaí, Mogi-Guaçu, etc.) (Zanettini, 1998; Robrahn-González & Zanettini 2003 a; Morales, 2000; Moraes, 1995).

Entretanto, para os municípios limítrofes entre a região metropolitana de São Paulo e esses municípios-chave, o conhecimento arqueológico vai de demasiado reduzido a nulo. Cidades historicamente importantes, tais como São Roque, Araçariguama, Guararema, Itapeverica da Serra, entre outras, nunca foram alvo de pesquisas arqueológicas.

Outras localidades, historicamente menos conhecidas, também figuram nesse último quadro (Itapeví, Miracatu, Biritiba-Mirim, Itupeva, etc.).

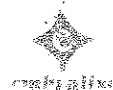
Esses picos e vales na distribuição das pesquisas são prejudiciais para a construção da história embasada no conhecimento arqueológico, pois essas localidades e municípios são os divisores de compartimentos geomorfológicos distintos, os quais apresentam ocupação cultural e socialmente diferenciada, expressada também pelos restos de cultural material (os vestígios

arqueológicos). Um dos exemplos da diversidade da cultura material são as diferenças arquitetônicas encontradas nas habitações paulistas coloniais e imperiais (pelo menos até meados do século XIX) (Lemos, 1998), além da variada gama de restos de utensílios cerâmicos, elaborados para as atividades diárias que ocorriam nessas edificações, e que posteriormente foram descartados, sendo comumente encontrados nas lixeiras arqueológicas enterradas nos fundos de quintal (Andrade Lima *et al.*, 1989; Araújo & Carvalho, 1993; Zanettini, 1998; Zanettini, 2002).

Se nos detivermos no estudo dos restos encontrados nesses fundos de quintal, teremos importantes dados para entender as populações que se estabeleceram e se desenvolveram na *hinterland*.

Do ponto de vista sócio-cultural, formou-se nessa região aglomeradora de grandes contingentes humanos, o elemento típico da identidade paulista, o caipira. Entenda-se caipira não como um termo pejorativo, mas como um conceito que procura definir um modo de vida imbricado aos ambientes e sociedades da região em questão. E que o conceito também não seja associado ao morador das zonas rurais: elementos da cultura caipira estão presentes em todos os estratos sociais deste e de outros estados e são em verdade o cerne caboclo de uma identidade paulista hoje bastante influenciada pelas migrações do século XIX e XX.

Na arqueologia, a formação da cultura caipira pode ser acompanhada, através dos séculos, pelo estudo da cerâmica genericamente conhecida como "neo-brasileira". De forma resumida, temos uma cerâmica que mescla características indígenas, africanas e européias, ainda em proporções desconhecidas. Podemos afirmar que há um predomínio de técnicas e estilos indígenas na produção cerâmica do primeiro século da conquista e no século seguinte, mas não é ainda possível dizer quais seriam e se existiriam grandes diferenciações entre os utensílios produzidos pelas mais variadas etnias indígenas. Na mesma linha, nada podemos dizer da produção cerâmica dos aldeamentos multi-



étnicos estabelecidos à força e que propiciaram a desestruturação do modo de vida dos indígenas outrora livres, mas que são peças chave na formação da população da zona rural paulista.

Como exemplo dessa situação citada acima temos a aldeia de Barueri: de 1612 até 1640, a população de indígenas assentados foi de por volta de 1000 indivíduos para 5000 (Petrone, 1995: 244). Apesar de apresentar grande importância para o contexto da formação da cultura caipira e da sociedade paulista, esse aldeamento só agora está sendo pesquisado sistematicamente (Scatamacchia & Franchi, 2001-2002).

Quanto à influência africana na cerâmica, alguns avanços foram realizados nos últimos anos, a saber nos trabalhos de Jacobus (1996) e Morales (2000), os quais identificaram elementos decorativos de origem africana na cerâmica produzida em Viamão (Rio Grande do Sul) e Jundiá, respectivamente.

Finalmente, qual teria sido a influência européia na elaboração do dito padrão "neo-brasileiro"? A simples cópia de utensílios com formas européias com materiais locais, por artífices da colônia, não denota a composição de um padrão novo. Aliás, em que medida podemos separar o que é influência espanhola e o que é influência portuguesa na cerâmica local, visto que a presença espanhola também foi sentida no território paulista (Parellada, 1995)? E de quais regiões desses países seriam essas pessoas?

Desta forma temos uma produção que chega ao século XIX não padronizada, pois ainda não é possível estabelecer um padrão oitocentista para este tipo de produção, mas com características reincidentes em diversas regiões, tal como pouca espessura dos fragmentos e a decoração escovada. Como explicá-la? Maturação da formação da sociedade nacional? Ampliação das redes de troca e comércio? Melhora dos meios de transporte? Aumento da produção? Tais questões procuram muito mais definir características sócio-culturais e localizá-las no tempo e no espaço do que produzir conhecimento sobre tecnologia



cerâmica. E isso só é possível através do estudo de diversos sítios dessa região em conjunto.

Mas é interessante notar que, com a chegada da ferrovia, os registros arqueológicos mudam significativamente.

Desde 1867, com a inauguração da estrada Santos – Jundiaí, o registro arqueológico mostra uma radical mudança nos padrões de consumo das elites, que também será evidente nos padrões de consumo das camadas populares e rurais, com a chegada de bens de consumo europeus e/ ou industrializados a preços acessíveis e em grandes quantidades. Tais bens, utensílios de louça (faiança, faiança fina, porcelana, grês, etc.), vidro (garrafas e frascos, principalmente) e metal, que não estavam absolutamente ausentes dos sítios arqueológicos antes desse marco temporal, passam a se equiparar, em quantidade, aos fragmentos de utensílios cerâmicos artesanais ou de produção local, chegando a suplantá-los com o passar dos anos. O descobrimento desses restos arqueológicos, além de possibilitar uma datação relativa mais precisa dos sítios, indicam mudanças de comportamento no consumo desses segmentos sociais e ajudam a escrever uma história embasada na arqueologia, a qual pode contar coisas sobre grandes feitos, datas e pessoas importantes, como coisas simples e corriqueiras do dia-a-dia das gentes simples.

Deixemos os aspectos sócio-culturais das populações e passemos para um outro aspecto da região em questão, o econômico, também passível de ser entendido através da arqueologia.

A história econômica do Estado de São Paulo foi construída principalmente pelas atividades desenvolvidas nessa ampla região que, abstraindo-se as fronteiras políticas atuais, abrangeria partes de Minas Gerais e principalmente do Paraná. Portanto, cabe aqui analisar mais pormenorizadamente quais foram essas atividades.

As primeiras e principais foram as expedições de captura de indígenas para servir de mão-de-obra e as expedições de mineração, as chamadas bandeiras. Algumas das povoações estabelecidas nessa região eram ponto de partida para as expedições de escravização de indígenas, a partir das últimas décadas do século XVI e primeiras décadas do século XVII e foram consolidadas justamente por terem essa função. Santana de Parnaíba e seus arredores mais notórios, Itu e Ararituaguaba (atual Porto Feliz) destacaram-se na organização e expedição de bandeiras (Monteiro, 1994).

Como atividades econômicas importantes nos séculos XVI e XVII podemos destacar também a mineração e o cultivo de trigo. Na região de Iperó, próximo a Sorocaba, e em Santo Amaro foram implantados alguns fornos para a fundição de ferro (IPHAN, CNSA); nas porções norte e noroeste da atual zona metropolitana de São Paulo, do século XVI até meados do século XIX explorou-se ouro (Roteiros, 1977; Kidder, [1839] 1972; Robrahn-González & Zanettini 2002), assim como nas faldas da serra de Paranapiacaba e no vale do Ribeira (Bava de Camargo, 2002).

O trigo, largamente cultivado em São Paulo e arredores durante toda a primeira metade do século XVII, serviu basicamente para o abastecimento do litoral bem como de outras zonas de produção agrícola para exportação (Monteiro, 1994).

Uma atividade extremamente importante, mas ainda pouco estudada sistematicamente, tanto no âmbito histórico, como no arqueológico, é o contrabando que, durante os primeiros 150 anos da conquista européia, esteve voltado para a receptação da prata peruana. Durante esse período o litoral e a *hinterland* tiveram um papel ativo na circulação e distribuição dessa mercadoria (Canabrava, 1984).

Aproveitando-se da posição fronteiriça, a retroterra assume o papel de fornecedora de víveres para as grandes áreas mineradoras do final do século XVII e do século XVIII, principalmente Minas Gerais (Zemella, 1990). Note-se



que o predomínio de uma atividade não significa que não haja outras atividades importantes para compor um quadro da história econômica do Estado: o desenvolvimento de atividades voltadas para o abastecimento (transporte de charque e muares) não prejudica a atividade mineradora nos arredores de São Paulo, por exemplo. Houve até um decréscimo na intensidade dessa atividade, mas muito mais por fatores que dizem respeito aos mecanismos de controle metropolitano do que ao esgotamento de reservas minerais (Bava de Camargo, 2002)

Juntamente com o comércio com as Minas Gerais e até mesmo com a exploração das minas de Mato Grosso e Goiás pelos próprios paulistas intensifica-se o plantio da cana-de-açúcar e a produção de açúcar, atividade esta muito importante até hoje. A principal região onde se desenvolveu tal atividade, durante os séculos XVIII e o XIX foi o chamado "quadrilátero açucareiro", construção historiográfica proposta por Sérgio Buarque de Holanda que engloba a região delimitada por Piracicaba, Sorocaba, Jundiaí e Mogi-Guaçu como vértices. Hoje a produção de cana espalha-se por um território muito mais amplo.

Já no início do século XIX, a fronteira agrícola da produção de café atinge o vale do Paraíba paulista – deixando para trás as esgotadas terras do vale do Paraíba fluminense - e durante todo o século em questão, até a década de 30 do século XX avança até atingir o cerrado mineiro, o sul do Mato Grosso e o norte paranaense.

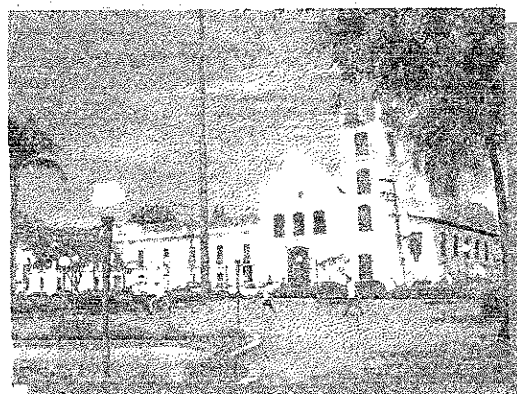
Todas essas atividades econômicas, somadas com um isolamento mais cultural do que geográfico permitiram um grande acúmulo de capital que, a partir das últimas décadas do século XIX vieram impulsionar o estabelecimento de indústrias, a ponto de ser hoje essa uma região altamente industrializada e de ter bons índices de mecanização em suas atividades agrícolas, apesar de manter ainda zonas rurais de extrema pobreza.



PRANCHA 1 – CONTEXTO HISTÓRICO DO INTERIOR PAULISTA



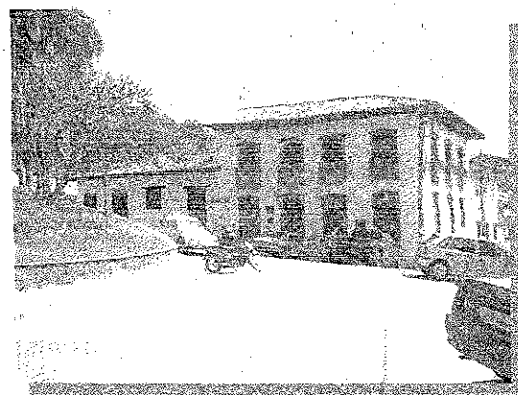
Casa bandeirista em Itapevi



Igreja em Itu



Casa de taipa de pilão no interior
do Estado.



Centro histórico do município de
Santana de Parnaíba

3. A ÁREA DE PESQUISA

3.1 Caracterização física regional

O Município de Bragança Paulista, onde se encontra o empreendimento, situa-se (segundo ROSS & MOROZ, 1997) na Unidade Geomorfológica Morfoestrutural denominada Cinturão Orogênico da Atlântico, mais especificamente na Unidade Morfoescultural denominada Planalto Atlântico Esta, por sua vez, apresenta variações fisionômicas regionais devido às suas características geotécnicas, litológicas e estruturais, possibilitando identificar unidades morfológicas distintas

Assim a área do empreendimento propriamente dita situa-se na unidade de relevo regional denominada Planalto de Jundiá. Ainda segundo ROSS & MOROZ (op. cit.), em tal unidade morfológica predominam as formas de relevo denudacionais, cujo modelado constitui-se basicamente por colinas e morros altos com topos convexos, com entalhamento médio dos vales inferiores a 20m e dimensões interfluviais médias entre 100 a 300m (*Figura 2*).

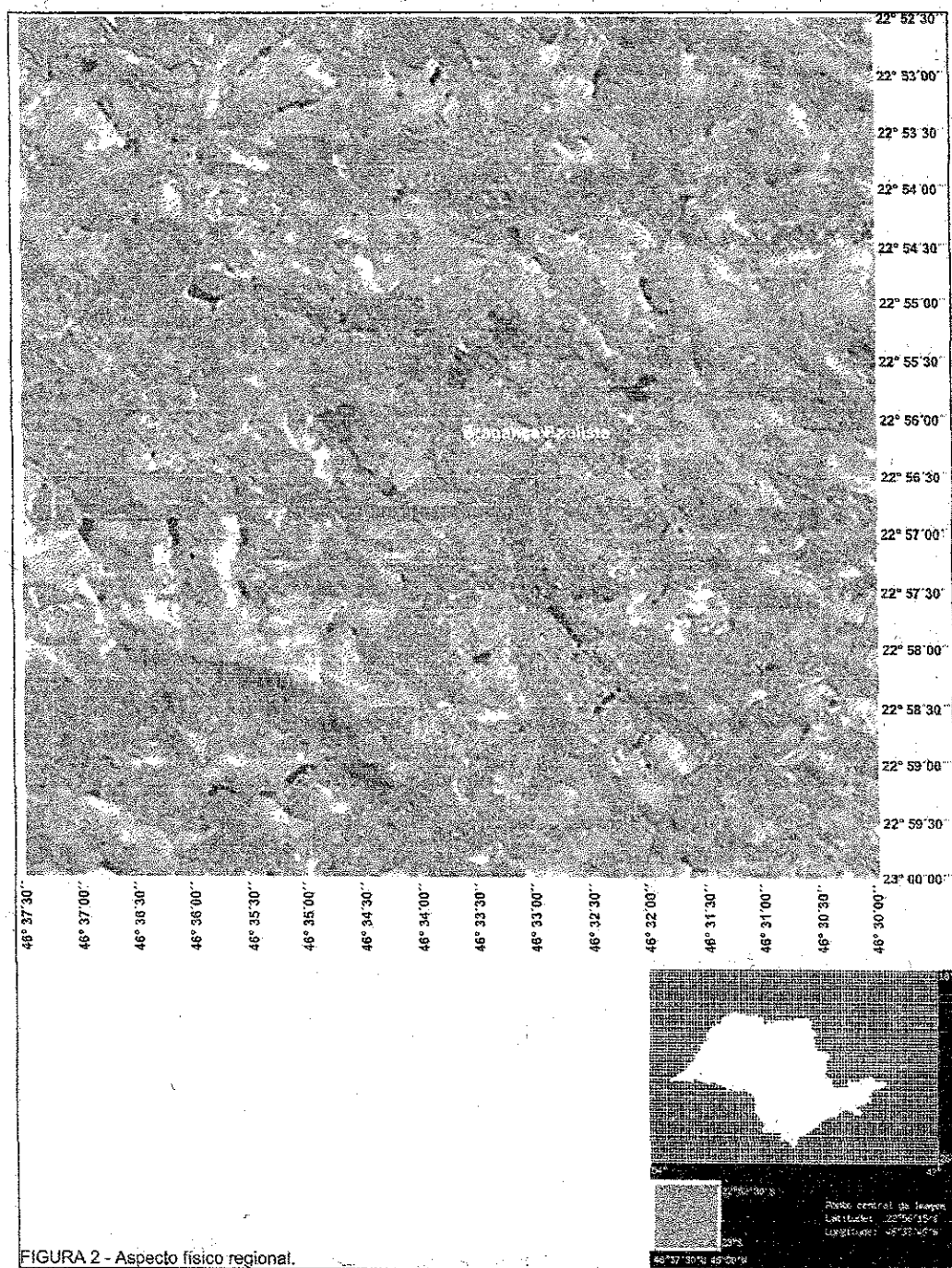
A altimetria média varia entre 400 a 700m e as declividades médias predominantes das vertentes variam de 10 a 20%. A litologia constitui-se basicamente por arenitos com lentes de siltitos e argilitos com predominância de solos do tipo Latossolo Vermelho-Amarelo médio e textura de média a arenosa.

Os principais cursos d'água da região são o Rio Piracicaba, seu tributário, o Rio Jaguari, ambos formadores da bacia do Tiête, que apresenta regionalmente um padrão dendrítico e média densidade de drenagem

A vegetação original da região estudada, era predominantemente constituída por mata tropical latifoliada, entremeada por manchas de campos e cerrados.

* Atualmente apresenta-se confinada a algumas manchas de mata ciliar e

capões esparsos e isolados, a grande parte da região está ocupada com cultivos agrícolas diversos, áreas de pastagem e alguns reflorestamentos, principalmente de pinus e eucaliptus.





3.2 A área do empreendimento

O empreendimento localiza-se à Estrada Municipal que se dirige a Campo Novo, no bairro Morro Vermelho, município de Bragança Paulista. Abrange uma área de aproximadamente 2 alqueires (48.000m²), correspondente à área de ampliação do aterro hoje existente. O total da área do aterro, considerando a parte que já é utilizada e aquela que agora se encontra em licenciamento para ampliação, é de 6 alqueires.

Quanto à hidrografia, insere-se no vale do rio Jaguari, afluente do Piracicaba que, por sua vez, integra a bacia do Tietê.

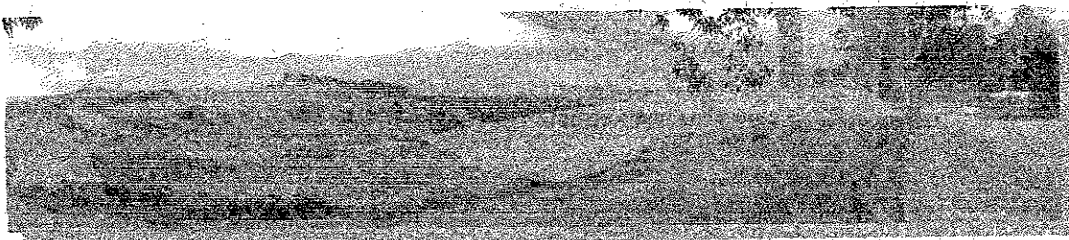
A área corresponde a uma vertente cuja orientação, grosso modo, tem orientação Norte-Sul, sendo que a porção mais elevada do terreno (Sul), em parte frontal, tem sua cota a cerca de 940m de altitude e a porção junto ao vale e pequeno curso d'água (fundos do terreno) tem sua cota a cerca de 850m de altitude em relação ao nível do mar.

Quase toda a área é recoberta por gramíneas, que na ocasião dos trabalhos de campo atingiam até 90-100cm de altura, exceção feita ao topo do terreno onde a vegetação apresentava resquícios de cerradão, principalmente nos locais onde afloram alguns poucos matacões de granito.





PRANCHA 2 – ÁREA DO EMPREENDIMENTO



Vista geral da área do empreendimento

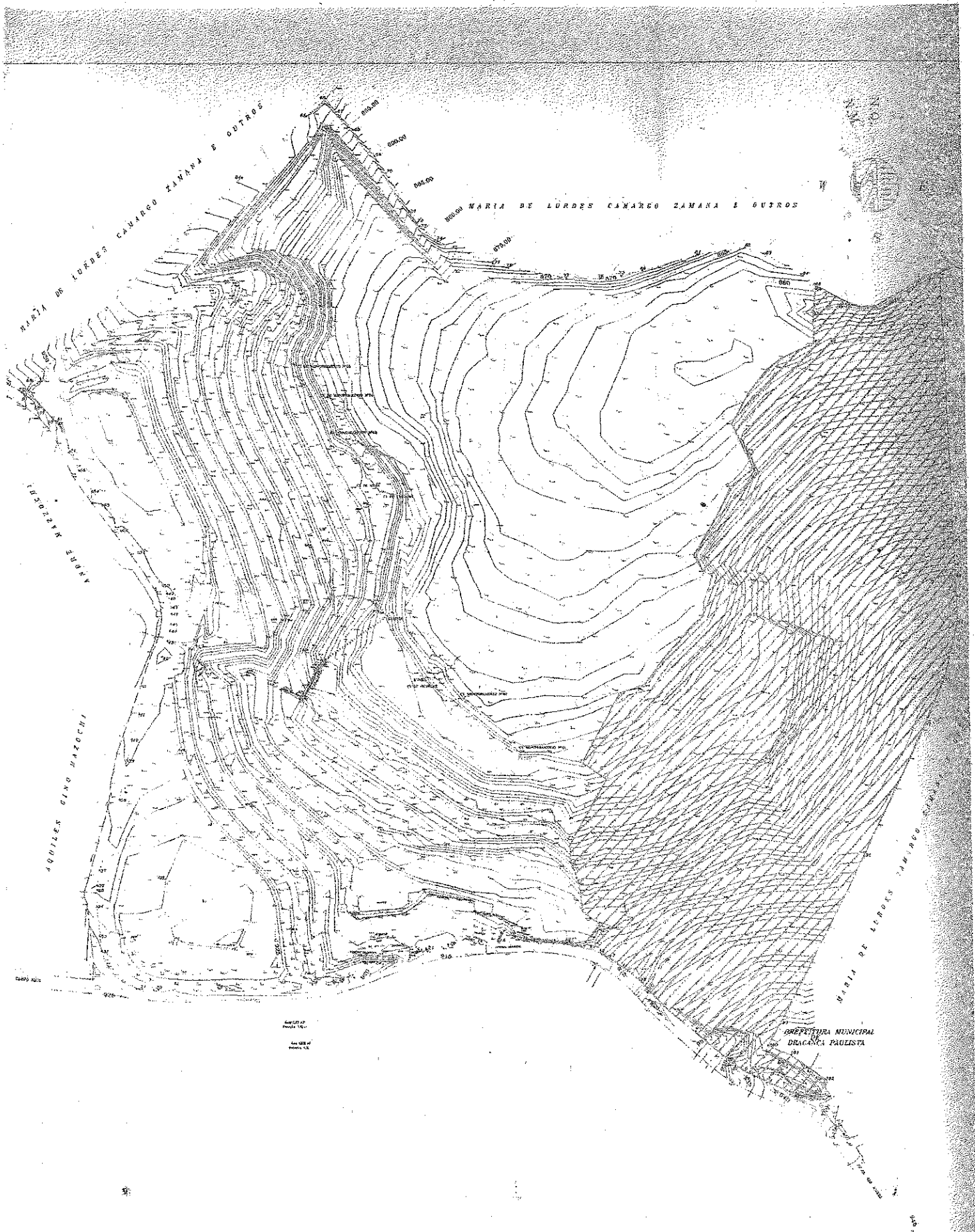


Vista a partir da área de ampliação em direção ao aterro existente.

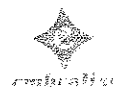


Aspectos gerais da vegetação da vertente e do topo.





- Área do empreendimento



4. PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

A metodologia de campo empregada nos levantamentos arqueológicos da área projetada para ampliação do aterro sanitário compreendeu 3 etapas distintas, a saber:

- Reconhecimento físico do terreno e prospecções de superfície
- Zoneamento arqueológico do terreno, com definição de áreas potenciais de ocorrência de vestígios
- Detalhamento das pesquisas com intervenções de sub-superfície nas áreas potenciais definidas pelo Zoneamento, e definição do diagnóstico da área.

A realização de cada uma destas etapas e de seus resultados são apresentados a seguir.

4.1 Reconhecimento do terreno e prospecções de superfície

A primeira fase de trabalhos de campo teve como objetivo realizar um reconhecimento geral do terreno, abrangendo uma verificação de seus aspectos físico-ambientais e a realização de um zoneamento arqueológico. Os trabalhos envolveram:

- checagem dos limites da área de investigação, com balizamento da topografia através da tomada de coordenadas com uso de GPS (Global Positioning System);
- análise dos aspectos ambientais da área, especialmente no que se refere às formas de uso e ocupação de solo (que trazem implicações diretas no estado de conservação de possíveis vestígios arqueológicos presentes na área);





- análise dos aspectos ambientais da área visando definir "zonas arqueológicas críticas", ou seja, porções de terreno que apresentam maior potencial em reunir vestígios de ocupação humana. Este zoneamento se baseou tanto na observação das variáveis ambientais apresentadas pelo terreno (topografia, hidrologia, características de solo, ocorrência de fontes de matéria prima, entre outros), mas igualmente nos padrões de ocupação da paisagem detectados através do Quadro Regional de Ocupações Humanas, apresentado no Capítulo 2.

Foi realizado um percorrimto extensivo geral no terreno, através de caminhamentos e observação de estratigrafias expostas (barrancos, áreas de erosão, aterros, beiras de rio, entre outros).

Em complemento ao trabalho arqueológico no terreno do empreendimento em questão, foi ainda nesta fase realizada uma avaliação dos indícios arqueológicos e históricos da região (município sede e circunvizinhos), através da tomada de depoimentos orais, análise da bibliografia, análise da paisagem natural e antropizada, com grande destaque para a observação e documentação do patrimônio cultural edificado.

Resultados obtidos: não foi identificada a presença de qualquer indício arqueológico na área do empreendimento, nesta fase da pesquisa.



4.2 Zoneamento Arqueológico

A partir dos dados obtidos na etapa anterior, foi realizado um Zoneamento Arqueológico do terreno, indicando:

- as porções de terreno que apresentaram maior potencial em reunir vestígios de ocupação humana em superfície e/ou em sub-superfície, definidas a partir de critérios ambientais (compartimentos topográficos adequados para a ocupação, fontes de água próximas, área de captação de recursos etc.) e critérios culturais (padrões de implantação na paisagem apresentados pelas diversas formas de ocupação humana que se desenvolveram na região, e definidas no Quadro Arqueológico apresentado no Capítulo 2);
- as porções de terreno onde deveriam ser realizadas investigações mais detalhadas em sub-superfície, devido à presença de cobertura vegetal que impedissem boa visibilidade arqueológica.

Este Zoneamento Arqueológico constituiu, portanto, uma ferramenta de trabalho para a fase subsequente da pesquisa, onde foram realizadas intervenções sistemáticas de detalhamento.

Em vista da não localização de vestígios arqueológicos em superfície durante a fase de reconhecimento inicial do terreno, e também porque grande parte da área se encontrava coberta por vegetação (capim alto), toda a área de ampliação do aterro foi, *a priori*, definida como de potencial arqueológico (*Figura 4*). Em toda esta área deveriam ser realizados detalhamentos de pesquisa em sub-superfície, apresentados a seguir.



4.3 Detalhamento de pesquisa

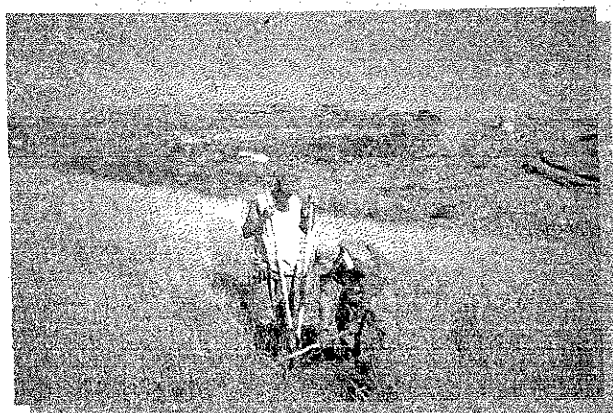
A partir das análises anteriores foi realizada uma segunda campanha de trabalhos de campo, agora voltada ao detalhamento da pesquisa e à realização de prospecções sistemáticas de varredura tanto em superfície como em profundidade (**Figura 5**). Os trabalhos compreenderam:

- Caminhamentos sistemáticos ao longo de toda a área prevista de ampliação do aterro, de forma a rastrear possíveis vestígios presentes na superfície do terreno e nas estratigrafias expostas (áreas de erosão, barrancos de estrada, leitos de rio, entre outros). Foram dezenas de linhas de caminhada sistematicamente percorridas
- Para a investigação da subsuperfície foram abertos 12 poços-teste, de 40cm de diâmetro e 80cm a 100cm de profundidade, obedecendo a uma diretriz: abrí-los a cada 50m, ao longo de uma linha que acompanhava os platôs e as vertentes mais suaves do terreno. Os sedimentos de todos os poços-teste foram triados manualmente e não foi encontrado qualquer indício de material arqueológico

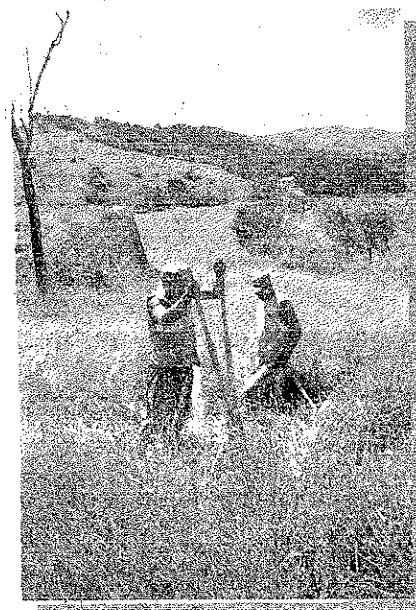
Resultados obtidos: nenhum vestígio arqueológico / histórico foi identificado no terreno, tanto em sua superfície como em sub-superfície.

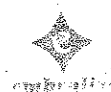


PRANCHA 4 – PROCEDIMENTOS DE CAMPO



Abertura de seqüências de poços-teste, em diversas porções da área do empreendimento, visando identificar possíveis vestígios enterrados e/ou mascarados pela vegetação.





5. DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO

O terreno planejado para ampliação do Aterro Sanitário de Bragança Paulista não apresentou qualquer vestígio arqueológico, tanto em superfície como em profundidade.

Os levantamentos arqueológicos foram realizados de forma sistemática e intensiva, visando recuperar qualquer possibilidade de identificação de patrimônio que ali pudesse ter existido. Foram integralmente chegadas a superfície e sub-superfície do terreno.

Foram, ainda, realizadas entrevistas com membros da comunidade, incluindo antigos moradores, com o objetivo de obter referências sobre vestígios e/ou estruturas que ali pudessem ter existido.

O conjunto destas ações não forneceu qualquer indicação da presença de um patrimônio arqueológico e histórico positivo (**Figura 6**). Por esta razão, não cabe realizar avaliações de impacto para a área, bem como indicar qualquer medida mitigadora, no que se refere a este patrimônio.



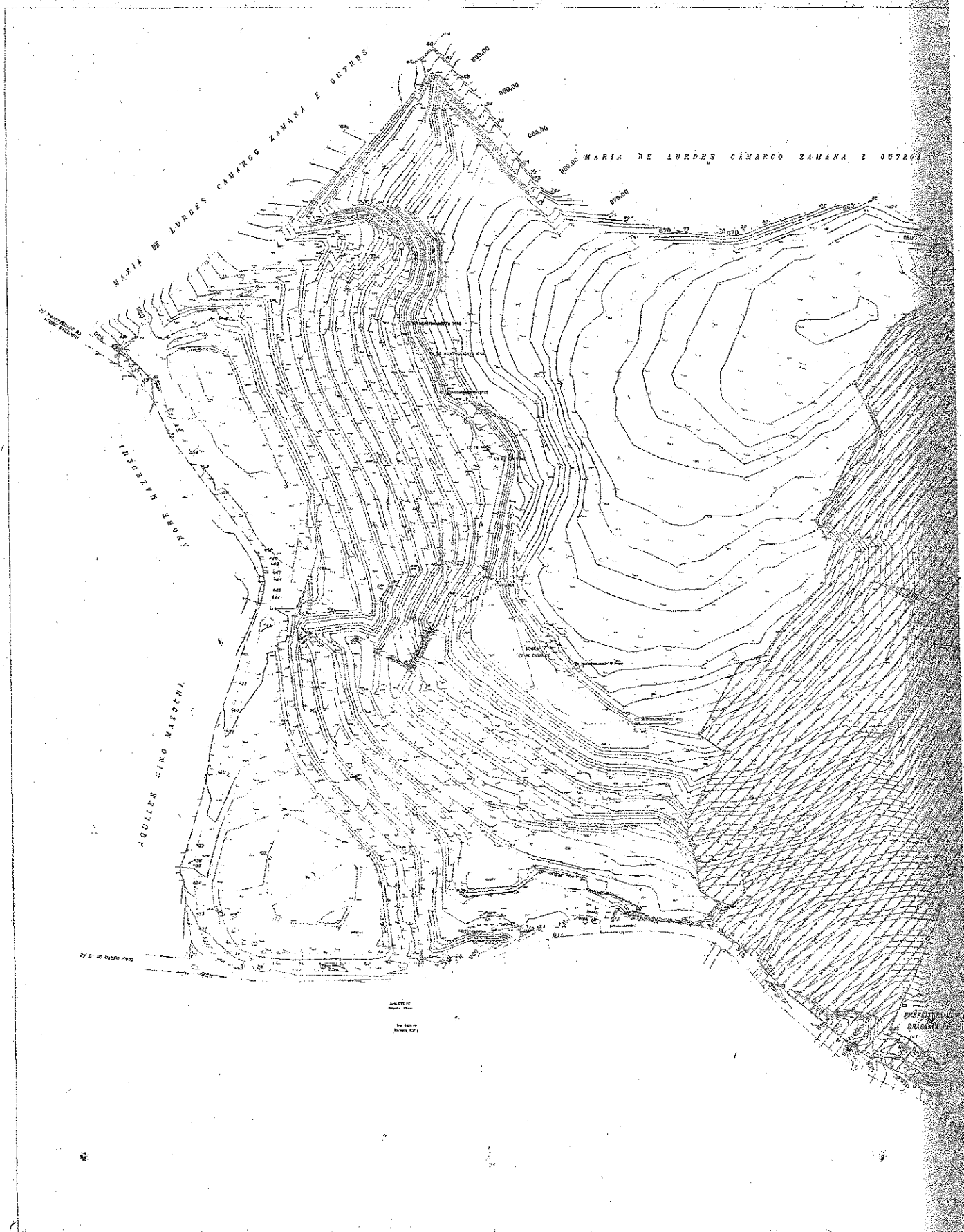


Figura 6 - Zoneamento arqueológico da área do empreendimento

6. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, C. de. **Capítulos de História Colonial (1500 - 1800)**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954. 4ª ed.
- _____. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1989.
- AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980. Coleção Paulística, vol. 19.
- ANAIS do IX congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1997**. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2000. Cd-Rom
- ANDRADE LIMA, Tânia; FONSECA, Marta P. R. da; SAMPAIO, Ana C. de O. et. alli. A Tralha Doméstica em Meados do Século XIX: Reflexos da Emergência da Pequena Burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo**, São Paulo: Publicação Avulsa, 1989, 1, p. 205-230.
- _____. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, nova série, número 1, p. 225-262, 1993.
- ANDREATTA, Margarida D.; CHERMANN, D.; FERNANDES, V. et. alli. Salvamento arqueológico do Sítio Taboão, Mogi das Cruzes, SP. **Resumos da X Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Arqueologia, 1999.
- ARAUJO, Astolfo G. de M. & CARVALHO, Marcos R. R. de. A louça inglesa do século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu, São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 3, 81-95, 1993.
- ATLAS Histórico - Isto É Brasil, 500 anos**. S. Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1998.
- BAHN, Paul G. (coord.) **The Cambridge illustrated history of archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BAVA DE CAMARGO, Paulo Fernando. **Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/ Iguape, SP**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP, 2002.
- BELLOTTTO, Heloísa L. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.



- BELLUZZO, Ana M. de Moraes. **O Brasil dos viajantes. A construção da paisagem.** Salvador: Metalivros/ Fundação Odebrecht, 1994.
- BELMONTE. **No Tempo dos Bandeirantes.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980. p. 11-26: A Fortificação. Coleção Paulística, vol. 20.
- BLASI, Oldemar; GAISSLER, Miguel. **Projeto arqueológico complexo arquitetônico fazenda Mato Dentro.** Campinas: Oldemar Blasi, 1999. Folheto.
- BOXER, C. R. **A idade de Ouro do Brasil.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1963.
- BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **Brasil e a Cerâmica Antiga.** São Paulo: Lithografica Ypiranga, 1981.
- CALDARELLI, Solange. **Lições da pedra. Aspectos da ocupação pré-histórica no vale médio do rio Tietê.** São Paulo, 1983. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, USP, 1983.
- _____. A arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. **Revista de Arqueologia.** São Paulo, SAB, 14-15: 29-55, 2001-2002.
- CALIXTO, Benedito. **Capitanias Paulistas.** São Paulo: Casa Duprat e Mayença, 1927. 2ª edição.
- CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no rio da Prata (1580-1640).** Belo Horizonte/ S. Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1984.
- CONDEPHAAT. **Patrimônio cultural paulista. CONDEPHAAT, bens tombados (1968-1998).** São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.
- _____. **Guichês e processos (1968-2001).** São Paulo: Condephaat, 2001. Arquivo digital.
- CORTESÃO, Jaime. **A fundação de São Paulo capital geográfica do Brasil.** Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955. 275p.
- DE BLASIS, Paulo A. D. **Salvamento arqueológico no traçado do gasoduto Bolívia – Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo – trecho Paulíni/ rio Paraná.** São Paulo: s. c. e., 1998. Relatório técnico.
- _____. & PIEDADE, Sílvia C. M. As pesquisas do Instituto de Pré-História e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,** São Paulo, 5, 165-188, 1991.





ANEXO 1

PORTARIA NORMATIVA IPHAN/MINC n. 230



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO

PORTARIA Nº 230, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o que dispõe os artigos 20, 23, 215 e 216 da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos nacionais;

Considerando o disposto na Portaria SPHAN nº 07, de 1º de dezembro de 1988, que trata do ato (Portaria) de outorga (autorização/permissão) para executar determinado projeto que afete direta ou indiretamente sítio arqueológico;

Considerando a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais em urgência com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, e

Considerando a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, faz saber que são necessários os procedimentos abaixo para obtenção das licenças ambientais em urgência ou não, referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país, resolve:

Fase de obtenção de licença prévia (EIA/RIMA)

Artº 1 - Nesta fase, deverá-se proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

Artº 2 - No caso de projetos afetando áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção do empreendimento, deverá ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos em sua área de influência direta. Este levantamento deverá contemplar todos os componentes ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de sub-superfície.

1 - O resultado final esperado é um relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, sob a rubrica Diagnóstico.

Artº 3 - A avaliação dos impactos do empreendimento do patrimônio arqueológico regional será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas das obras.

Artº 4 - A partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospeção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.

Fase de obtenção de licença de instalação (LI)

Artº 5 - Nesta fase, deverá-se implantar o Programa de Prospeção proposto na fase anterior, o qual deverão prever prospeções intensivas (aprimorando a fase anterior de intervenções no subsolo) nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico, tais como áreas de reassentamento de população, expansão urbana ou agrícola, serviços e obras de infra-estrutura.

§ 1º - Os objetivos, nesta fase, são estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento e a extensão, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do Programa de Resgate Arqueológico proposto pelo EIA, o qual deverá ser implantado na próxima fase.

§ 2º - O resultado final esperado é um Programa de Resgate Arqueológico fundamentado em critérios precisos de significância científica dos sítios arqueológicos ameaçados que justifique a seleção dos sítios a serem objeto de estudo em detalhe, em detrimento de outros e a metodologia a ser empregada nos estudos.

Fase de obtenção da licença de operação

Artº 6 - Nesta fase, que corresponde ao período de implantação do empreendimento, quando ocorrem as obras de engenharia, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado na fase anterior.

§ 1º - É nesta fase que deverão ser realizados os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico.

§ 2º - O resultado esperado é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

§ 3º - O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

§ 4º - No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO CÉZAR DE HOLLANDA CAVALCANTI

(Of. EL nº 230/2002)

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO
RETIFICAÇÃO

Na Portaria Ministerial nº 3.508, de 13 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2002, Seção 1, página 37, onde se lê: "Registro SAPIEnS nº 144591", leia-se: "Registro SAPIEnS nº 143979".
(Processo nº 23000.008095/2002-85 - Despacho SESu/MEC nº 1561/2002)
(Of. EL nº 549)

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 22, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002

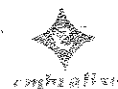
A SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso da delegação de competência conferida pelo inciso I, do art. 1º, da Portaria MEC/CGM nº 1.525, de 21 de maio de 2002, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 39, da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do anexo da presente Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação orçamentária da Unidade 26331 - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, constante da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A alteração das modalidades de aplicação visa promover ajustes orçamentários no Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional, tendo em vista cancelamento de despesas com recursos anteriormente descentralizados.



ANEXO 2

PORTARIA DE PESQUISA IPHAN N. 73



PORTARIA Nº 73, DE 15 DE MARÇO DE 2004

Dispõe sobre a permissão para realizar o programa de diagnóstico arqueológico da ampliação do Aterro Sanitário de Bragança Paulista, Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos do Decreto nº 4.811, de 19.08.03 e de acordo com o disposto na Lei nº 3.924, de 26.07.61, na Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88, e ainda do que consta do processo administrativo nº 01506.000004/2004-00, resolve;

I -E expedir a presente PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos Erika Marión Robrahn-González e Paula Bava de Camargo para, com apoio institucional da Fundação Cultural de Jacarehy - José Maria de Abreu, realizar as atividades do programa de diagnóstico arqueológico da ampliação do Aterro Sanitário de Bragança Paulista, Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo em área situada nas seguintes coordenadas UTM 23K: 338.000/7.462.500 (Vértice 1); 339.500/7.462.500 (Vértice 2); 338.000/7.461.000 (Vértice 3) e 339.500/7.461.000 (Vértice 4).

II -Reconhecer como coordenadores dos trabalhos de que trata o item anterior os arqueólogos detentores da presente permissão, cujo projeto se intitula "Programa de Diagnóstico Arqueológico - Ampliação de Aterro Sanitário - Município de Bragança Paulista - Estado de São Paulo".

III - Reconhecer os arqueólogos designados coordenadores do trabalho como fiéis depositários, durante a realização das etapas de campo, do material arqueológico recolhido ou de estudo que lhes tenha sido confiado.

IV -Determinar à 9ª Superintendência Regional do IPHAN, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V -Condicionar a eficácia da presente permissão, à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatório final ao término do prazo fixado nesta Portaria, contendo todas as informações previstas no artigo 12 da Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88.

VI -Fixar o prazo de validade da presente permissão em 4 (quatro) meses, observada a disposição do item anterior.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO ABRAHÃO